

“BAHIA AMEAÇADA”: a visão de patrimônio cultural arquitetônico de José Valladares (1958-1959)

“BAHIA AMEAÇADA”: José Valladares’s vision of architectural Cultural heritage (1958 – 1959)

Carla Martins e Souza*, Suely Moraes Ceravolo**

Resumo: Analisa-se a série de notas ilustradas escritas pelo intelectual baiano José Antonio do Prado Valladares (J.V), publicadas no jornal *A Tarde* no final de 1958 e início de 1959, intituladas *Bahia Ameaçada*, nas quais apresenta a visão do intelectual sobre o patrimônio cultural arquitetônico da cidade de Salvador. O intuito da pesquisa foi detectar, através da perspectiva histórica e museológica, as semelhanças de seu discurso preservacionista com o do órgão de patrimônio nacional do período, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Arquitetônico. José Valladares. DPHAN. Patrimônio na Bahia.

Abstract: It analyzes a series of illustrated notes entitled *Bahia Ameaçada* written by the intellectual from Bahia Jose Antonio do Prado Valladares (J.V) and published in the newspaper *A Tarde* from the end of 1958 to the beginning of 1959, in which presents his vision of the architectural cultural heritage in the city of Salvador. The purpose of the search was to detect, through the historical and museological perspective, the similarities between his preservationist speech and the one used by the national heritage organ from that time, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Keywords: Architectural Cultural Heritage. José Valladares. DPHAN. Heritage in Bahia.

1. Patrimônio cultural arquitetônico na cidade do Salvador

No momento contemporâneo em que a questão da apropriação e diversificação do patrimônio material e imaterial toma vulto, discussões sobre valores culturais são avivadas e nos levam a pensar nos efeitos da especulação imobiliária que risca da paisagem urbana edificações ‘antigas’ para dar lugar a imensos aglomerados de torres ou apropria-se de extensas áreas que, em tese, seriam destinadas à preservação ambiental. Diante desses fatores, torna-se importante retroagir no tempo em busca das vozes que, no século passado, saíam em defesa, por exemplo, da preservação do

* Museóloga e jornalista e faz parte do grupo de pesquisa Observatório da Museologia Baiana (PPG Museologia/FFCH/UFBA/CNPq). Durante dois anos e meio foi bolsista IC do projeto Estratégias de preservação patrimônio cultural imaginado entre o público e o privado na cidade do Salvador (1927-1976). Dentre os projetos em que atuou está o Memorial Casa do Rio Vermelho, residência onde viveram os escritores Jorge Amado e Zélia Gattai. carlams@gmail.com

** Graduada em História (UFBA); M.Sc. em Ciência da Informação e Documentação e D.Sc. em Ciências da Comunicação, ambos pela ECA/USP. Realizou estágio de pós-doutorado em Museologia/História dos Museus no Brasil na USP. É docente do Departamento de Museologia/FFCH/UFBA, professora permanente do PPGMUSEU/UFBA e do PPG História/FFCH/UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório da Museologia Baiana (CNPq) e bolsista produtividade 2 do CNPq. Possui pesquisa em duas áreas: História dos Museus na Bahia e Documentação em Museus. sumocem@gmail.com

patrimônio cultural arquitetônico. Na Bahia, esse tema foi debatido a partir de meados da década de 1910, por sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), dentre eles o político e historiador Wanderley de Araujo Pinho. O tema continua presente nas discussões atuais, sobretudo em uma cidade como a de Salvador, que ainda mantém um conjunto de edificações significativas no chamado 'Centro Histórico', ou espalhadas por bairros que vão se transformando rapidamente.

Nosso objetivo no presente artigo é apresentar os resultados da pesquisa em prol da defesa do patrimônio cultural arquitetônico da cidade do Salvador na voz do intelectual baiano José Antonio do Prado Valladares¹, avaliando em que medida sua visão se aproxima ou se distancia da do órgão nacional de preservação da época, o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN². A investigação³, de cunho historiográfico, baseou-se na série de notas ilustradas sugestivamente intitulada *Bahia Ameaçada*, publicada no *Jornal A Tarde*, no final de 1958 e início de 1959. Ao todo, são 11 notas denunciando problemas relacionados ao patrimônio cultural arquitetônico baiano e mais uma que, embora não possua texto do intelectual, traz uma fotografia tirada por ele e tem a função de apresentar a série. Segue-se, metodologicamente, a abordagem descritiva e interpretativa elencando traços significantes do discurso preservacionista expresso nessas notas que tratam da degradação, incêndios em casarões, desconfiguração e especulação imobiliária. Como escreveu José Valladares, a tradição perdia seus direitos, os casarões eram transformados em cortiços ou demolidos e a especulação (imobiliária) acompanhava as "asas do progresso" (*A TARDE*, 14/01/1959).

José Valladares teve papel reconhecido, atuante e representativo para a Museologia e as Artes Plásticas baianas no século XX. Inspetor de Museu e Monumentos da Bahia, dirigiu a Pinacoteca e Museu do Estado a partir de 1939, até sua morte prematura em 1959. Foi professor de Estética na Faculdade de Filosofia da

¹ José Antonio do Prado Valladares, nasceu em 1917 na Bahia, em uma tradicional família baiana cujo pai, Antônio do Prado Valladares, foi proeminente médico associado à Escola Tropicalista Baiana de medicina e membro do conselho editorial da *Gazeta Médica da Bahia*. Graduiu-se no Ginásio Pernambucano, em 1932, continuou em Recife até obter o diploma da Faculdade de Direito, em 1937. Na capital pernambucana, trabalhou como redator para o jornal local *Diário de Pernambuco*, periódico que também contava com Gilberto Freyre como colaborador (ROMO, 2010).

² O órgão de patrimônio nasceu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN mas teve a nomenclatura alterada diversas vezes. Em 1946, passou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, mudando para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1970. Em 1979, tornou-se Secretaria (novamente SPHAN), em 1981, Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN; atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1994 (CLEROT *et al.*, 2014).

³ O artigo é síntese da monografia defendida e aprovada por Carla Martins e Souza no curso de Museologia/FFCH/UFBA, em dezembro de 2014. A pesquisa documental foi realizada no Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e na biblioteca do Museu de Arte da Bahia.

Bahia, colaborador e amigo do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), Rodrigo M. Franco de Andrade, e do historiador da arte Robert Smith, seu tutor durante o período em que estagiou em museus norte-americanos (1943-1944). Além disso, foi o primeiro brasileiro a participar da comissão editorial da revista *Museum*, publicada pela Unesco em 1948; escreveu mais de duzentas crônicas sobre arte e artistas em jornais da Bahia⁴; e foi autor de livros, dentre os quais *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos* (1946, reeditado em 2010), no qual descreve a função atribuída a essas instituições nos Estados Unidos da América (CERAVOLO, 2012).

A sua relação com a arte tem sido estudada; entretanto a mesma atenção não tem sido dada ao viés da preservação do patrimônio cultural, de igual relevância. De acordo com Fonseca (2005), no processo de construção dos patrimônios históricos e artísticos se fazem necessários sujeitos dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores desse processo, defendendo-os ou contestando-os. José Valladares, como homem público e de influência no meio das artes da Bahia, inclusive na mídia, foi importante interlocutor nesse processo.

2. O viés discursivo sobre patrimônio cultural arquitetônico

Françoise Choay afirma que a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão de uma prática patrimonial unificada. Essa unificação pode ser representada pela Convenção do Patrimônio Mundial, adotada pela Assembléia Geral da Unesco, em 1972, a qual associa o conceito de monumento histórico àquele de patrimônio cultural universal. Para a autora, esse foi um momento singular e simbólico, um passo para que produtos da Era Industrial passassem a ter privilégios e direitos à conservação, a exemplo dos mais variados edifícios: imóveis para habitação, grandes lojas, bancos, obras de arte, usinas, entrepostos, hangares (CHOAY, 2006, p. 207).

As notas ilustradas a que nos referimos foram escritas no final de 1958 e início de 1959. Até o período, somente a Carta de Atenas havia sido publicada (1931). Provavelmente, influenciado por tais diretrizes internacionais traçadas nesse documento, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) considerava ou privilegiava como patrimônio bens móveis e imóveis; esse último referindo-se ao patrimônio cultural arquitetônico chamado de “Pedra e Cal” (FONSECA, 2005). De acordo com Fonseca foi mais especificamente a partir da década de 1920 que a preocupação com a proteção de monumentos e objetos de valor

⁴ Suas crônicas sobre arte para o Diário de Notícias entre 1948 e 1957 geraram os livros *Dominicais e Artes Maiores e Menores* (BARBOSA, 2009). Aquelas referentes à primeira publicação foram estudadas por Juciara Barbosa no artigo *As crônicas de J.V e o Modernismo na Bahia*, onde a autora explora a contribuição de Valladares para a aceitação do Modernismo na Bahia.

histórico e artístico começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando em envolvimento do Estado. Nesse espírito, foram criadas as inspetorias: em 1926, a Inspetoria Estadual de Monumentos Históricos de Minas Gerais; em 1927, a da Bahia; e no ano seguinte a de Pernambuco. Em 1933, Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional e, em 1934, ano em que foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), a constituição brasileira tratou pela primeira vez da noção de patrimônio histórico e artístico como objeto de proteção pública. No final de 1937, através do decreto-lei nº25 (BRASIL, 1937), de 30 de novembro, foi criado oficialmente o SPHAN, regulamentando a proteção dos bens culturais no país. Esse último órgão surgiu no contexto autoritário do Estado Novo, marcado pelo ideário nacionalista e modernista (CHUVA, 2009).

O discurso utilizado pelo Estado para justificar a criação do SPHAN apoiou-se no argumento de que interesses individuais ameaçavam o patrimônio e a gestão estatizada seria, para isso, a solução. É a partir desse momento, com a criação do órgão de abrangência federal, que entre os anos 1930 e 1940, se iniciou o processo de construção de um patrimônio histórico e artístico no Brasil de maneira mais intensa (CHUVA, 2009).

Na Bahia, o discurso da preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico encontrou campo na agremiação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), reduto da elite política e intelectual do estado. Discurso alimentado por dois motivos em particular: a evasão de objetos históricos e artísticos, oriundos da elite econômica e política - particularmente da região do município de Santo Amaro (Recôncavo Baiano) - vendidos a colecionadores nacionais e de fora do país, e para justificar o processo de modernização urbana em um primeiro momento, fator que levou essa agremiação a não expressar reação contra a destruição de imóveis coloniais. No entanto, a atitude mudou a ponto de apoiar propostas de órgãos específicos para a defesa de bens históricos (DÓCIO, 2014, p.36 ss). Momento marcante na trajetória do patrimônio na Bahia se deve a Wanderley Pinho ao propor no IGHB, em 1917, a criação da Comissão dos Monumentos e Artes, primeira iniciativa para legislar em defesa do patrimônio estadual, circunscrita, no entanto, à agremiação baiana (CERAVOLO, 2014; DÓCIO, 2014).

A pesquisa de Vanessa Dócio (2014) trouxe à luz as atividades da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais (em 1938, Inspetoria de Museu e Monumentos). Como anexo do Arquivo Público, essa inspetoria bem como o Museu do Estado e a Pinacoteca, formavam um conjunto de repartições estaduais para cuidar, em nome do governo, das questões relativas ao patrimônio móvel e imóvel da Bahia, sob um único diretor. Por causa da junção entre esses órgãos, José Valladares ocupou simultaneamente o cargo de diretor do museu e inspetor do patrimônio.

Uma atividade desenvolvida por essa inspetoria foi a elaboração do Índice Geral dos Monumentos Nacionais e a realização de vistorias de imóveis históricos (DÓCIO, op.cit., p.58-63). A vistoria objetivava verificar as condições de preservação de edificações e o índice

indicava o roteiro de edificações históricas a preservar⁵, incorporando templos religiosos, edificações diversas, monumentos, fontes e subterrâneos, fortalezas, praças e lagos, lugares e campos históricos, a maior parte na capital do Estado, ou seja, na cidade do Salvador. A atuação dessa inspetoria ficou fragilizada pelos poucos recursos que contava, mas deixou sua marca particularmente através do índice ou cadastro das edificações. Dócio explicita a esse respeito que, embora não tenha encontrado documentos comprovando o fornecimento de informações da inspetoria baiana diretamente para o SPHAN, considera “pouco provável que seus técnicos não tenham aproveitado as pesquisas realizadas (...) sobre a origem dos bens estaduais”, tanto é que os bens tombados na Bahia pelo órgão federal de 1938 a 1940 correspondem àqueles arrolados pelo órgão estadual (DOCIO, op.cit. p.87-88).

Segundo Marcia Chuva (2009), nas décadas de 1930 e 1940 existiram três formas de registro e ou lugares de enunciação dos discursos de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional interagindo no mundo social, propiciando diferentes apropriações e gerando novas relações: a arquitetura dos monumentos, a produção impressa e o exercício das práticas técnicas e administrativas. Destacamos dois desses lugares de enunciação:

(...) a produção impressa de notícias, artigos e polêmicas, recurso estratégico utilizado em diferentes situações, articula um debate entre intelectuais com um caráter propagandeador da ação institucional (...)

(...) o exercício das práticas e técnicas administrativas que são implementadas, podendo ser analisadas a partir da documentação burocrática do SPHAN, dentre as quais se destacam: a correspondência trocada entre o diretor do SPHAN e os vários agentes institucionalizados, como recurso de estreitamento de laços pessoais de amizade, compromisso e fidelidade; os pareceres, como técnica discursiva que impõe regras e consubstancia a hierarquia institucional, na qualidade de dispositivos que prescrevem ao descrever (CHUVA, 2009, p. 77-78).

José Valladares discursava a partir dos dois lugares de enunciação apontados por Marcia Chuva: na produção impressa, pois escrevia para o jornal *A Tarde* e em outros veículos de comunicação, e através do exercício das práticas e técnicas administrativas (diretor e inspetor) e, além disso, participando como técnico colaborador do SPHAN e, como mencionado, por ser amigo de Rodrigo M. Franco de Andrade. O SPHAN, como se sabe, priorizou a produção artística e arquitetônica do período colonial, mote dos discursos sobre a História do Brasil em busca das raízes fundadoras da nacionalidade. A Inconfidência Mineira, por exemplo, foi considerada expressão-síntese da origem da nacionalidade e justificou o tombamento das cidades mineiras, e a arquitetura jesuítica também foi valorizada como representativa da ancestralidade da nação (CHUVA, 2009).

Voltando aos lugares de enunciação, Marcia Chuva (2009) sublinha em relação ao discurso preservacionista do SPHAN, a crença na existência de uma memória e identidade

⁵ Índice publicado em 1928, nova versão ampliada em 1930 nos Anais do Arquivo Público (DÓCIO, 2014).

nacionais a serem desvendadas pelos agentes do órgão. Para a autora, o papel dos agentes como construtores e anunciantes de ideias era ocultado em favor do papel de reveladores. Embora não fosse funcionário do órgão federal, mas dele bem próximo, José Valladares reproduziu o discurso da “academia SPHAN” e atuou como construtor e disseminador desse ideário na Bahia, como veremos a seguir.

3. José Valladares e a aproximação com o órgão federal do patrimônio

Assim como o DPHAN na esfera nacional, a Inspetoria, no âmbito estadual, foi o órgão que, na década de 1950, lidou com as questões sobre o patrimônio. Independentemente de haver ou não uma ligação entre a política praticada por essas instituições, apenas o fato de ambas tratarem do mesmo tema já implica certa relação entre elas.

A Inspetoria de Museu e Monumentos nasceu doze anos antes de José Valladares assumi-la como Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, em 08 de agosto de 1927, através da Lei Estadual de nº 2.032, regulamentada pelo Decreto n. 5.339, de 06 de dezembro do mesmo ano. Quando tomou posse dos cargos, a Inspetoria estava vinculada (bem como o Museu e a Pinacoteca) à Secretaria de Educação e Saúde, respondendo por uma função puramente opinativa, pois o decreto de 1927 que o regulamentava era incompatível com a Constituição Federal vigente naquele período (Constituição de 1937). Essa questão legal impedia que a Inspetoria taxasse os bens móveis que deixavam o Brasil, conforme previsto nesse mesmo documento (DÓCIO, op.cit.: p.52 ss).

No intuito de solucionar a incompatibilidade entre o decreto e a Constituição Federal, José Valladares procurou reformular o regulamento da inspetoria logo ao assumi-la e para isso procurou a colaboração do DPHAN através de Rodrigo M. Frando de Andrade, entretanto, a reformulação não saiu do papel. Todavia, o fato expõe a aproximação entre os órgãos federal e estadual e entre o intelectual baiano e Rodrigo Andrade. Além disso, no que diz respeito aos bens imóveis, o inspetor baiano aprovava o trabalho desempenhado pelo órgão federal, o que pode ser comprovado através do Relatório da Inspetoria de 1939 e do ofício ao Secretário de Educação de 1945, ambos encontrados pela pesquisadora Vanessa Dócio. Reproduzimos um trecho do Relatório pelo fato de comentar a situação dos edifícios e dos objetos de arte:

A situação dos edifícios de arquitetura militar, religiosa ou civil, que merecem uma proteção especial do Governo pelo seu valor, artístico ou significação histórica, ao contrário dos objetos de arte exportáveis,

melhorou, com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação. As dificuldades de que fala o Pe. Manoel Barbosa, em seu relatório de arquivista – chefe de secção, publicado nos Anais do Arquivo Público, ano de 1938, em parte diminuíram, com a instituição desse serviço de proteção, que representa um fator de importância, na obra de valorização das fontes de nacionalidade (VALLADARES, RELATÓRIO DA INSPETORIA DE MUSEU E MONUMENTOS, apud DÓCIO, op.cit, p. 73).

Segundo Ceravolo, o alinhamento de José Valladares ao ideário do DPHAN repercutiu na orientação política e ideológica seguida pela Inspetoria de Museu e Monumentos durante sua gestão, deslocando a anterior influência do IGHB. O intelectual baiano articulava-se e integrou a rede de relações (antropólogos, sociólogos, folcloristas, historiadores da arte brasileiros e estrangeiros, pesquisadores, intelectuais, jornalistas, escritores, editores, livreiros, instituições nacionais e estrangeiras, políticos, governantes) formada pelo órgão federal, capitaneada por Rodrigo M. Franco de Andrade, “fazendo expandir as relações em várias direções, articulando pessoas e interesses (ainda que nem sempre os mesmos, mas dando vigor ao trânsito das ideias e ao campo profissional)” (CERAVOLO, 2011, p.216). Faz-se necessário citar que, a pedido de Rodrigo, José Valladares realizou trabalhos de identificação, análise, classificação e documentação fotográfica de alfaías (CERAVOLO; SANTOS, 2007).

Essa aproximação se faz bem evidente na citação direta na qual José Valladares expõe em uma das notas ilustradas (13 de janeiro de 1959), elogiando o trabalho do órgão federal quanto ao tombamento de monumentos na capital soteropolitana, chegando a informar, em caráter de divulgação, o número do telefone:

Existem em nossa capital 79 monumentos tombados pela **Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Quem quiser saber quais são, é só dirigir-se à Casa dos Sete Candieiros, e lá procurar o prof. Godofredo Filho, ou um de seus solícitos auxiliares. Para tirar uma dúvida, a respeito de determinado prédio, bastará telefonar (4198) e será devidamente informado (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 13/01/1959).

A proximidade de José Valladares com a filosofia patrimonialista do DPHAN vai se constatar desde a primeira nota ilustrada, publicada em 27 de dezembro de 1958, intitulada Bahia Ameaçada, a qual informa que o assunto da série será o patrimônio cultural arquitetônico de Salvador não tombado pelo Governo Federal (VALLADARES, A TARDE, 27/12/1958). Teria o intelectual a intenção de sugerir um tombamento futuro e/ou divulgar o trabalho do DPHAN?

4. Bahia Ameaçada em notas ilustradas: o discurso de preservação

A série de notas ilustradas Bahia Ameaçada foi publicada cerca de um ano antes da morte de José Valladares, durante o período de aproximadamente um mês. Ao que parece, não tinham dia certo para serem publicadas nem quantidade semanal definida, já que a quantidade varia a depender da semana. Ao todo, são doze notas ilustradas, com textos e fotografias do intelectual. A primeira delas denominamos Introdução, não foi escrita pelo intelectual baiano, no entanto possui imagem de sua autoria, informação contida na própria nota. Ela foi incorporada ao grupo, embora não seja contabilizada pelo jornal como tal, pois apresenta e explica a série que estaria por vir, além de trazer a imagem produzida por José Valladares sobre a temática abordada, como é possível ler na citação a seguir:

Esta é uma fotografia que não mais poderá ser tirada. Foi colhida no dia 8 deste mês pelo prof. José Valadares, que prepara uma série de notas ilustradas para "A TARDE" sobre patrimônio arquitetônico de Salvador que não se encontra tombado pelo govêrno federal e sofre ameaça de desaparecimento. Mostra os dois prédios incendiados, formando um dos mais belos quarteirões da cidade-baixa (A TARDE, 27/12/1958).

Algumas notas são numeradas pelo jornal, contudo, para fins de sistematização as notas restantes estão numeradas de acordo com as datas de veiculação no jornal, conforme especificado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Notas Ilustradas.

TÍTULO	NUMERAÇÃO DO JORNAL	DATA DE PUBLICAÇÃO
Introdução	Não	27/12/1958
Bahia Ameaçada I	Não	05/01/1959
Bahia Ameaçada II	Sim	07/01/1959
Bahia Ameaçada III	Sim	09/01/1959
Bahia Ameaçada IV	Sim	12/01/1959
Bahia Ameaçada V	Sim	13/01/1959
Bahia Ameaçada VI	Não	15/01/1959
Bahia Ameaçada VII	Sim	16/01/1959
Bahia Ameaçada VIII	Sim	19/01/1959

Bahia Ameaçada IX	Não	20/01/1959
Bahia Ameaçada X	Não	21/01/1959
Bahia Ameaçada XI	Não	22/01/1959

Apesar do título Bahia Ameaçada, a série trata do patrimônio soteropolitano. Na nota número I, José Valladares, inclusive, esclarece essa questão aos seus leitores: “Insisto no entanto em que pesa uma séria ameaça a cidade do Salvador, isto é, sobre a Bahia, como nossa capital é costumeiramente conhecida” (VALLADARES, A TARDE, 05/01/1959).

Como é possível observar na nota de Introdução, já citada anteriormente, o objetivo da série foi apresentar e comentar sobre o patrimônio cultural arquitetônico de Salvador que, naquele momento, não era tombado pelo Governo Federal, ou seja, pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como se chamava o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1959. Ao longo das notas ilustradas, José Valladares emprega palavras como patrimônio de arquitetura/patrimônio arquitetônico, monumento(s) e casarão para se referir aos bens citados, reforçando o foco das notas.

O fato da série Bahia Ameaçada abordar assumidamente o patrimônio cultural arquitetônico é interessante, pois de certa forma mostra a importância dada a esta tipologia de bens imóveis em detrimento das outras. Nesse período, como assinalado, a concepção de patrimônio difundida, tanto em esfera nacional - através do DPHAN - quanto mundial - através da Carta de Atenas -, estava bastante vinculada à arquitetura, ou seja, no Brasil, ao patrimônio de *pedra e cal*.

A maioria dos bens aos quais José Valladares se refere nas notas estava localizada na região do centro antigo de Salvador e adjacências, como pode ser observado na Figura 1, apresentada a seguir, identificando o patrimônio cultural arquitetônico que destacou na cidade de Salvador.

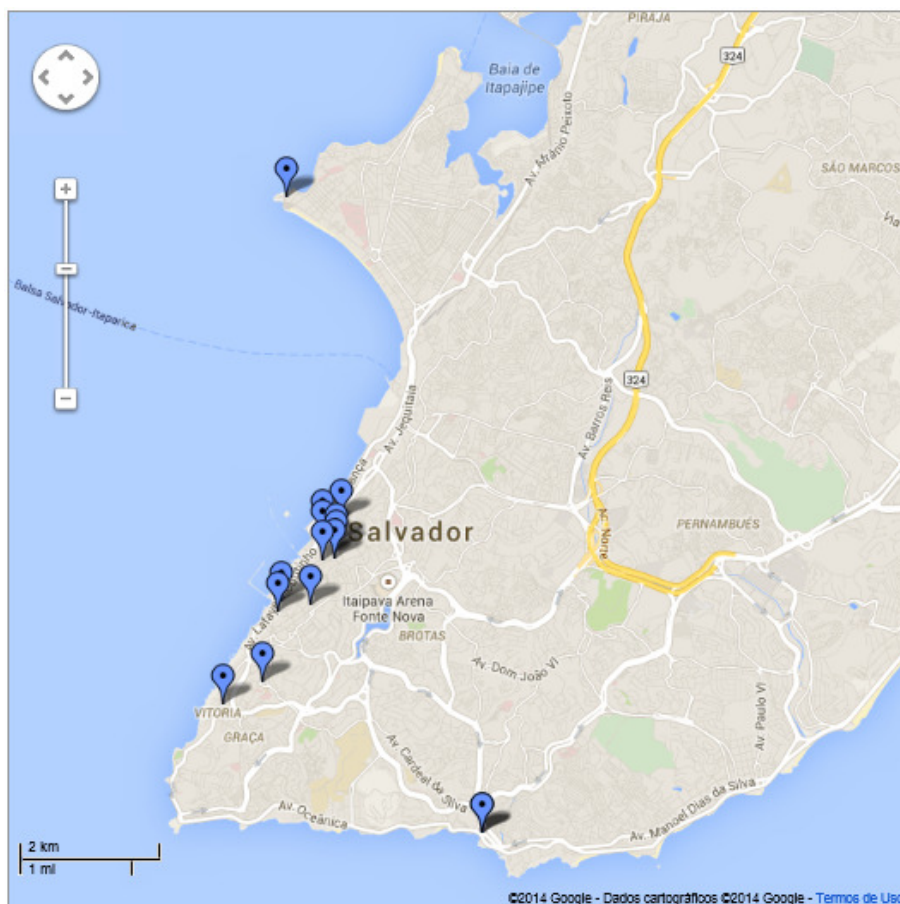


Figura 1 - Distribuição do patrimônio cultural arquitetônico destacado por J.V na cidade de Salvador.

Alguns deles ainda existem e, inclusive, continuam sendo alvo de polêmica na imprensa, a exemplo de um casarão com parede de azulejos situado na Praça Cairú, citado na nota de número VI, de 15 de janeiro de 1959. O local foi cogitado para abrigar uma filial da rede americana de hotéis Hilton, mas foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Salvador (DEMARIO, Correio, 9 de Maio de 2014).

O DPHAN é citado em três notas: na Introdução, quando o autor desconhecido avisa que José Valladares irá escrever sobre o patrimônio cultural arquitetônico não tombado pelo Governo Federal; na nota V, de 13 de janeiro de 1959, na qual o intelectual faz um elogio aos funcionários do órgão; e na última nota da série, publicada em 22 de janeiro de 1959, ao informar sobre um programa que vinha sendo estudado pela Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo Federal - leia-se DPHAN - para aquisição, restauração e utilização dos imóveis tombados. Apesar disso, é possível afirmar que o DPHAN foi citado de forma indireta em toda a série Bahia Ameaçada, já que os textos publicados reproduzem em muitos aspectos o discurso do

órgão de proteção patrimonial. É possível que as notas ilustradas fossem, inclusive, um recado para os dirigentes do órgão. No trecho a seguir, José Valladares escreve que os baianos deveriam assumir o papel de defensores do seu patrimônio e tece um comentário no qual aparenta falar de si mesmo:

O que todo bahiano consciente dos valores de sua cidade está na obrigação de fazer, é falar enquanto voz tiver, **chamar a atenção dos amigos que por acaso sejam autoridades responsáveis** e até - aspecto muito desagradável do trabalho - apontar exemplos que de tudo podem servir... menos de exemplos a serem seguidos (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 09/01/1959).

Ao escrever as notas ilustradas, o intelectual se põe no papel de defensor do patrimônio baiano. Seria então Rodrigo M. Franco de Andrade, seu amigo e diretor do DPHAN naquele período, a autoridade responsável de quem gostaria de chamar a atenção? Ou seria Godofredo Filho, então dirigente do órgão de proteção do patrimônio na região da Bahia e Sergipe? É difícil responder a essas questões, mas o trecho é claro ao falar a respeito da utilização da rede de contatos no sentido de pedir ajuda para salvar o patrimônio.

Há uma série de aspectos na série Bahia Ameaçada que aproximam o discurso de José Valladares do discurso reproduzido pelo DPHAN nas primeiras décadas do século XX. A própria ideia de salvar um patrimônio que estava ameaçado era semelhante ao discurso utilizado pelo plano Federal, que justificou a criação do SPHAN afirmando que interesses individuais ameaçavam o patrimônio e a gestão estatizada seria a solução para isso (CHUVA, 2009).

Ainda sobre a nota ilustrada do dia 09 de janeiro de 1959, o intelectual escreve sobre como seria importante para uma cidade como Salvador que a arquitetura moderna coexistisse com a antiga: "Para o renome da Bahia como cidade com tradições culturais em pleno progresso, é tão importante possuir edifícios de arquitetura moderna (...) quanto saber preservar relíquias arquitetônicas, como o prédio com mirante e varanda (...)" (VALLADARES, A TARDE, 09/01/1959).

Como visto, essa era uma ideia presente também entre os técnicos do SPHAN. Fonseca (2005) afirma que, dez anos após o órgão ser criado, um exemplar de arquitetura modernista - recém chegada ao Brasil - já havia sido tombado ao lado de construções de séculos anteriores. José Valladares também faz referência ao Modernismo na nota ilustrada do dia 20 de Janeiro de 1959, ao criticar a construção de edifícios novos com características arquitetônicas das construções antigas:

O resultado francamente desagradável que se obteve, após a construção de dois prédios novos, com sotaque antigo, um no Terreiro de Jesus e outro no Cruzeiro de São Francisco, mostram como essa solução não é aconselhável. Melhor, muito melhor, mesmo será, respeitada a escala da vizinhança venerada, construir logo moderno cem por cento, contanto que se escolha um arquiteto comprovadamente de categoria" (VALLADARES, A TARDE, 20/01/1959).

Dois aspectos chamam atenção nesse trecho: primeiro, a questão de não aceitar um meio termo entre o moderno e o antigo, ideia presente no discurso do DPHAN, que valorizava a arquitetura dos séculos XVI a XVIII e, após esse período, a arquitetura Modernista; segundo, a sugestão que as novas construções fossem realizadas por arquitetos de categoria. Sabemos que grandes nomes da arquitetura da época, como Lucio Costa, eram vinculados ao SPHAN.

Outro aspecto da série Bahia Ameaçada que ressaltamos é a visão do intelectual baiano sobre o patrimônio cultural arquitetônico como documento histórico tal qual o DPHAN; ele inclusive utiliza a palavra documento ao se referir ao patrimônio em uma de suas notas, como no trecho a seguir: "O prédio de 4 andares e sótão, além de arranha céu antigo é também **documento** de nossa história econômica e social" (grifo nosso) (VALLADARES, 21/01/1959).

Em outra nota ilustrada, embora não utilize a palavra documento, percebe-se a apropriação do conceito de patrimônio cultural arquitetônico enquanto documento histórico ao dizer que não era possível criar testemunhos materiais do passado. Vejamos: "Dinheiro e construções novas, toda e qualquer comunidade operosa dêste mundo poderá possuir. Testemunhos materiais do passado, porém, não é coisa que se possa criar" (VALLADARES, A TARDE, 09/01/1959).

Segundo Fonseca (2005), as noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação começaram a ser elaboradas a partir da perspectiva de estudar e conservar um edifício por se tratar de testemunho da história e/ou obra de arte. No Brasil, de acordo com Chuva (2009), o termo documento era, inclusive, utilizado pelos integrantes do SPHAN, como por Lúcio Costa em seu Relatório de viagem de 1937, citado pela autora em seu livro *Arquitetos da Memória*.

Outra característica relevante no discurso do DPHAN em sua primeira fase, conhecida como heróica, foi a valorização do patrimônio colonial brasileiro. Em suas notas ilustradas, José Valladares cita o patrimônio cultural arquitetônico do Brasil Colônia de diversas maneiras: como exemplo de beleza, sinônimo de nobreza, para

valorizar uma construção e até como digna de possuir inimigos. Os trechos a seguir são representativos dessa afirmação:

Todos enaltecem - e com razão - a iniciativa da Universidade da Bahia, provendo a restauração da igreja e convento de Santa Tereza, um dos mais belos monumentos do **Brasil Colônia** (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 22/01/1959).

Por mais incrível que pareça, um dos maiores **inimigos de nossa arquitetura colonial** foi exatamente o patrono dos historiadores da arte na Bahia, como todos sabem, Manoel Querino (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 16/01/1959).

Querino, entretanto, nada mais era que porta-voz da elite de então, o período 1907 - 1914, quando a Bahia foi bombardeada por questões de política estadual, e para dar-se uma compensação pelos estragos no Palácio Rio Branco, que já havia perdido seu nobre **aspecto de Casa do Governo seiscentista**, desde o princípio do século, foi o prédio ornado de cúpula fora de proporção aguias e outros bichos (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 16/01/1959).

O patrimônio cultural arquitetônico tombado pelo DPHAN foi também citado como comparativo, no sentido de agregar valor a um imóvel. Na nota a seguir, se lê a referência ao Solar Marback (também chamada Casa Marback, tombada em 1938) e a casa do Engenho Vitória, construções do século XVIII (BRASIL, 2014).

Mas o miradouro e a varanda, pintados azul e branco, já dão idéia da categoria do edifício, que é da mesma linhagem do Solar Marback, na Baixa do Bonfim, e da casa do Engenho Vitória, às margens do Paraguaçu, ambos monumentos nacionais (VALLADARES, A TARDE, 20/01/1959).

Assim como avaliava positivamente certas construções que acreditava dignas de proteção, José Valladares também desvalorizava as que não tinham os padrões que considerava ideais. A questão do valor relacionado à temática do patrimônio é abordada por Fonseca (2005). A autora explica que, através do processo de atribuição de valor, são constituídos os patrimônios; no caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens se atrela, principalmente, à dimensão do nacional, através da qual são atribuídos valores da ordem da cultura.

Em nota do dia 13 de janeiro de 1959, esse processo de valoração fica mais explícito. Ao escrever sobre três sobrados na Praça da Sé, o intelectual explica que suas paredes podem ser coloniais, mas que os alçados são do século XIX e, por isso, eles não apresentam interesse e devem ser eliminados (VALLADARES, A TARDE, 13/01/1959). Em outra nota, diz que o imóvel não possui “classe bastante para monumento nacional” (VALLADARES, A TARDE, 21/01/1959).

Na primeira nota da série, no dia 05 de janeiro de 1959, José Valladares indaga os leitores da seguinte maneira ao falar de um imóvel que foi demolido: “Terá seu substituto qualidades equivalentes?” (VALLADARES, A TARDE, 05/01/1959), deixando explícita a atribuição de valor dada aos imóveis.

Apesar de criticar a arquitetura do século XIX em alguns momentos, a exemplo da nota veiculada no dia 13 de janeiro de 1959, em outras notas ela é defendida pelo intelectual:

O mais belo monumento da praça Cairú é sem dúvida o edifício de quatro andares, com paredes cobertas de azulejos e janelas de arco ogivais, que se estende quase toda largura da praça, **exemplar precioso da incorporação da moda neo-gótica do séc. XIX** ao nosso tipo de casarão copiosamente janelado... Dá gosto e alegria verificar que esta bonita casa residencial do Corredor da Vitória foi conservada com carinho. Mais um exemplo de como, em matéria de arquitetura, **o século passado tem sofrido injustiças entre nós** (grifo nosso) (VALLADARES, A TARDE, 15/01/1959).

Ao pé da ladeira dos Aflitos, com seu revestimento de azulejos, leões e pinhas ornamentais da fábrica de Santo Antonio do Porto, ergue-se este sobrado de ampla empena, obra do século XIX. Abandonado, com as esquadrias partidas e muito arrancadas, encontra-se sob ameaça do mau gosto que, através a rua Tuiuti, já alcançou e reformou diversos sobrados menores na mesma ladeira." (VALLADARES, A TARDE, 07/01/1959)

Embora o SPHAN priorizasse as arquiteturas dos séculos XVI ao XVIII, a arquitetura brasileira de até meados do século XIX ainda possuía o “ar despretensioso e puro”, como afirmado por Lúcio Costa em texto para a Revista do SPHAN (COSTA, 1937, p.31).

A utilização de certos valores estéticos como pré-requisito para a preservação ou não de um possível patrimônio cultural arquitetônico foi uma das características do pensamento do SPHAN da fase *heróica* (FONSECA, 2005). Na nota a seguir - última da série -, é possível perceber no discurso veiculado pelo intelectual baiano que há um critério para a seleção dos bens que são “merecedores de preservação na Bahia”, e que esse critério, como explica algumas linhas depois, implica valores artísticos e culturais. É interessante como o intelectual distingue “antiguidade” de “velharia”. O texto sugere, através dos valores que expõe (artísticos e culturais), que a chamada “antiguidade” seria o patrimônio.

Mas a idéia é perfeita, sobretudo pelas repercussões e lições que a iniciativa encerra. Visto que o importante, quando se considera a quantidade de bens imoveis merecedores de preservação na Bahia, é criar a mentalidade, o ideal, o gosto e até a moda pela conservação do antigo. E note-se que antiguidade não se confunde com velharia;

embora antiguidade seja necessariamente algo velho, seu conceito implica valores artísticos e culturais que a simples velharia não possui. Noutras palavras, simples velharia não merece que se perca tempo com ela (VALLADARES, A TARDE, 22/01/1959).

Segundo as palavras do autor, o que não possuísse esses valores artísticos e estéticos (simples velharia) não deveria ser preservado, como pode ser lido nos trechos a seguir:

Urge que sejam eliminados, e substituídos por prédios condignos da nobre vizinhança. Não é justo que continuem prejudicando a praça, pois nem tudo que é velho merece proteção (VALLADARES, A TARDE, 13/01/1959).

Há no entanto uma parte que me compete explicar, e que vou tentar fazê-lo com toda aplicação. Em primeiro lugar é preciso mostrar em que consiste o patrimônio de arquitetura que vale a pena conservar, em que data começa e quando termina. Essa tarefa muito será auxiliada pelas fotos que ilustram estas notas (VALLADARES, A TARDE, 13/01/1959).

Não possui classe bastante para monumento nacional, mas é graciosa e compõe maravilhosamente o logradouro (VALLADARES, A TARDE, 21/01/1959).

Em outra nota, ele compara a beleza de um conjunto arquitetônico à beleza do corpo dos “banhistas que chamam atenção pela boa proporção de seus membros, harmonia dos movimentos, músculos discretamente envolvidos pela carne e côr saudável da pele”, logo, também características estéticas. (VALLADARES, A TARDE, 19/01/1959). E a ponderação dos motivos estéticos continua nessa e em outras notas:

Foram felizes nas proporções, na fenestração, na colocação dos ornatos e na escolha dos motivos decorativos, do princípio do século passado (VALLADARES, A TARDE, 19/01/1959).

A Prefeitura já publicou um album comparativo, na melhor das intenções, para salientar a obra dos prefeitos de nosso tempo, e a única conclusão a tirar era esta: do ponto de vista estético, houve prejuízo (VALLADARES, A TARDE, 16/01/1959).

Nessa última nota citada, logo após falar sobre o prejuízo estético, o intelectual também discorre sobre a Arquitetura Colonial.

Dentro do SPHAN, o valor histórico era secundário em relação ao valor estético (FONSECA, 2005), aspecto que pode ser conferido nas notas ilustradas de que tratamos, já que a historicidade do imóvel não é destacada tantas vezes quanto o valor estético. Esse valor é encontrado somente em uma delas: “E espalhados por toda cidade, muitas vezes onde menos se espera encontram-se imóveis do maior interesse para a história cultural e evolução de nossa arquitetura, que igualmente é preciso resguardar contra a destruição” (VALLADARES, A TARDE, 20/01/1959).

Nos livros de tombo do SPHAN, uma maneira de se atribuir valor aos imóveis era através da utilização de adjetivos como autêntico e genuíno. Buscava-se características constituintes da nacionalidade, racionalidade, simplicidade e pureza (CHUVA, 2009). Já José Valladares qualifica os bens como despretenhosos, simples, provincianos, de bom gosto ou mau gosto, etc.

Entra ano sai ano, sem transgredir a Constituição do País, vamos serenamente transformando o que era harmonioso e lógico em tumultuado e caprichoso. Substituindo o que era provinciano, despretenhoso e de bom gosto, pelo que, salvo honrosas exceções, não passa de metido a metropolitano, muitas vezes é quase uma cópia e geralmente é de gosto duvidoso (VALLADARES, A TARDE, 05/01/1959).

Por fim, a série Bahia Ameaçada tratava do patrimônio de *pedra e cal*, levando em conta não somente os grandes monumentos como a Carta de Atenas, mas, de certo modo apontando a tendência confirmada pela Carta de Veneza ao tratar de conjuntos arquitetônicos urbanos, embora esse documento tenha sido publicado apenas cinco anos depois.

... é preciso que tenhamos disposição para sacrifícios: - considerar intocáveis alguns **grandes conjuntos**, salvar alguns **pequenos conjuntos** e proteger **exemplares isolados** de uma arquitetura que não tem similar no país (grifos nossos) (VALLADARES, A TARDE, 16/01/1959).

Será, porém, que já pensaste nas **casas que não são solares famosos**, nas **casinhas de um só piso** e nos **sobrados de parede-meia**, que formam a maior parte do nosso **patrimônio de arquitetura civil**? Constituem a moldura indispensável para os grandes monumentos. São elementos essenciais para a fisionomia e caráter da cidade, tanto quanto as praias, o povo, a cozinha, os costumes, os solares e as igrejas (grifos nossos) (VALLADARES, A TARDE, 05/01/1959).

Com relação ao DPHAN, o órgão considerava o patrimônio de arquitetura civil e conjuntos arquitetônicos para efeitos de tombamento na fase *heróica*; até o final desta fase foram tombados 289 bens do primeiro tipo e 46 do segundo (FONSECA, 2005).

5. Considerações finais

As notas intituladas Bahia Ameaçada são muito ricas em informação sobre o patrimônio baiano edificado e nos parece evidente a aproximação, mais do que distanciamentos (embora em alguns momentos seja possível perceber, inclusive, uma visão de patrimônio que ia além daquela do órgão federal), da visão e discurso de

José Valladares com o órgão federal, naquele período, o DPHAN, cuja ação para propagação do seu ideário de nação através do patrimônio contou, desde a sua concepção, com uma rede de intelectuais em todo país. Em muitos casos, com pessoas que não eram servidoras do órgão, mas que prestavam serviço e ou tinham relações pessoais com os seus dirigentes e funcionários (FONSECA, 2005), como o intelectual baiano.

Procurou-se evidenciar essa proximidade e alinhamento através das notas, permeadas de práticas baseadas em padrões e normas técnicas que levavam em consideração noções de modernidade, tradição e unidade da nação, e que priorizavam certos tipos de bens em detrimento de outros, como ressalta Marcia Chuva em sua obra citada ao longo do texto.

Desde a nota de Introdução da série Bahia Ameaçada, fica explícito que o assunto a ser trabalhado seria o patrimônio cultural arquitetônico. Embora diretor do Museu do Estado da Bahia, José Valladares não se ateve a tratar dos bens móveis. A imersão em questões sobre o patrimônio edificado, possivelmente decorrente de seu cargo como inspetor, mas também como homem integrado nos problemas do seu tempo, o levou a apresentar bens imóveis baianos através dessas e de outras notas publicadas no jornal *A Tarde*, para o livro intitulado *Homenagem à Bahia Antiga*, publicado pela Construtora Odebrecht (1959-1960). Nele, a Construtora publica as notas - chamadas na obra de crônicas - com algumas alterações textuais realizadas pelo próprio intelectual com o objetivo de enfatizar a preocupação da Odebrecht em compor a expansão do imobiliário sem perder de vista a importância do patrimônio de pedra e cal (VALLADARES, 1959-1960)⁶.

Mesmo assim, acreditamos que o cargo de Inspetor de Museu e Monumentos tenha falado mais alto. Embora essa posição fosse vinculada ao Estado da Bahia, observamos que são poucos os momentos nos quais as ações do governo estadual são comentadas (mesmo que de um ponto de vista positivo), enquanto o órgão do governo federal é citado em um quarto das notas.

De todo modo, o próprio fato de José Valladares recorrer ao formato notas ilustradas, de caráter propagandístico, para divulgar o que a cidade do Salvador ainda mantinha como patrimônio cultural arquitetônico se, por um lado, revela nas

⁶ A especulação imobiliária como ameaça ao patrimônio cultural arquitetônico é comentada por José Valladares, dentre outras, na nota número IV, de 12 de janeiro de 1959. Nela o intelectual apresenta uma imagem da Rua do Tesouro, no Centro Histórico, e informa que nessa rua os "investimentos imobiliários avançam a passos largos" e que o imóvel apresentado na nota não resistiria por muito tempo ao "rôlo compressor dos investimentos imobiliários" (VALLADARES, A TARDE, 12/01/1959).

entrelinhas critérios de seleção daquilo que deveria ser preservado e, em certa medida, a 'voz' do inspetor responsável pela salvaguarda do patrimônio baiano, por outro não deixa de demonstrar sua proximidade e compartilhamento do ideário preservacionista do SPHAN.

Fontes

VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 05 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 07 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 09 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 12 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 13 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 14 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 15 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 16 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 19 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 20 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 21 de janeiro de 1959.
VALLADARES, José. Bahia Ameaçada. *Jornal A Tarde*. Salvador, 22 de janeiro de 1959.

Referências

BARBOSA, Juciara Maria Nogueira. As crônicas de J.V e o Modernismo na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 7, 2009, Fortaleza. *Anais...*. Fortaleza: Alcar, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/As_cronicas_de_Jose_Valladares_e_o_Modernismo_na_Bahia.pdf>. Acesso em: 29 de Mai. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de janeiro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 1937. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

CERAVOLO, Suely Moraes. A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). *90 Anos do Museu Histórico Nacional em debate*. (Aline M. Magalhães; Rafael Z. Bezerra orgs). Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 2014, p. 122-142.

CERAVOLO, Suely Moraes. Uma análise sobre museus na década de 1940: o estudo de José Antonio do Prado Valladares. *Hist. Cienc. Saude - Manguinhos* [online], v.19, n.2, p. 769-777, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200027>>. Acesso em: 29 de Mai. 2015.

CERAVOLO, Suely M.. Museu do Estado da Bahia: entre ideais e realidades 1918-1959. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n.1, p.189-243, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v19n1/v19n1a07>>. Acesso em: 29 de Mai. 2015.

CERAVOLO, Suely; SANTOS, Daisy. Apontamentos sobre José Antonio Prado Valladares - "um homem de museu". *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 20, n. 26, 2007. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2025/1106>>. Acesso em: 29 de Mai. 2015.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 4ª edição.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, p.31-39, 1937.

DEMARIO, Camilla. Centro Histórico de Salvador passará por revitalização ainda em 2014. *Correio*, Salvador. 09 de mai. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/centro-historico-de-salvador-passara-por-revitalizacao-ainda-em-2014/?cHash=13e94dcf877ffa50607d5a4401cbaad8>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

DÓCIO, Vanessa. *Sob o signo da Pedra e Cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927 - 1967)*. 2014. Dissertação - PPG História/FFCH/UFBA. Salvador, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 2ª edição.

ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno da definição da cultura baiana. *Revista Afro-Ásia*. Salvador, Bahia. n 39. 2010. Pág 115 – 151. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_39_ARomo.pdf>. Acesso em: 23 set 2014.

VALLADARES, José. *Homenagem à Bahia antiga*. Salvador: Construtora Norberto Odebrecht, 1959-1960.

VALLADARES, José. *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*. 2ª ed. Bahia: EPP, 2010.

Site

BRASIL. IPHAN. Governo Federal. *Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro* (Cachoeira, BA). 2014. Disponível em: <http://www.IPHAN.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1045>. Acesso em: 29 de Mai. 2015.

Data de recebimento 15.04.2015

Data de aceite 21.05.2015